

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.749.079 - AM (2018/0149508-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : LG ELECTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA
ADVOGADOS : RODRIGO ROCHA DE SOUZA - SP191701
WALTER BASILIO BACCO JUNIOR - SP163524
CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO - AM000672A
RECORRIDO : OVERSEAS FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA
RECORRIDO : JOSE PEDRO DE OLIVEIRA FILHO
RECORRIDO : L. MARQUES RODRIGUES
ADVOGADOS : FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES - AM001192
MICHAEL QUEIROZ LEITÃO E OUTRO(S) - AM009714
AGRAVANTE : LG ELECTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA
ADVOGADO : CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO - AM000672A
AGRAVADO : OVERSEAS FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA
AGRAVADO : JOSE PEDRO DE OLIVEIRA FILHO
AGRAVADO : L. MARQUES RODRIGUES
ADVOGADOS : FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES E OUTRO(S) - AM001192
MICHAEL QUEIROZ LEITÃO - AM009714

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por LG ELECTRONICS DA AMAZÔNIA LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, alínea "a", da Constituição Federal, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. ALEGAÇÃO DE FRAUDE NA EMISSÃO DO TÍTULO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO AUTORAL. IRRESIGNAÇÃO RECURSAL. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DA RECORRIDA. OFENSA AO ARTIGO 514, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. INOCORRÊNCIA. PRELIMINAR AFASTADA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ATO FRAUDULENTO E DE PARTICIPAÇÃO DOS CREDORES. VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO, E NÃO PROVIDO.

I. Afasto a preliminar suscitada, já que, consoante jurisprudência pacífica do STJ, o desrespeito ao art. 514, inciso I, do CPC/1973, não gera qualquer nulidade, tratando-se de mera irregularidade (STJ, 5ª Turma, REsp 782.601/RS, rel. Min. Laurita Vaz, j. 01/12/2019, DJe 15/12/2019);

II. No mérito, a apelante não se desincumbiu do ônus de comprovar que houve a participação dos credores na suposta fraude, portanto as operações comerciais realizadas entre eles são lícitas, decorrendo delas o crédito cobrado;

III. Isso porque a recorrente deixou de trazer provas que traçassem o liame de participação dos fornecedores na suposta fraude e, na verdade, embora houvesse comprovação da culpa do seu ex-empregado (o que, frise-se, não aconteceu), mas não restasse evidenciado que os fornecedores tiveram participação na realização do ilícito, estes terceiros/fornecedores seriam

Superior Tribunal de Justiça

vítimas, e não culpados;

IV. Importante, ainda, consignar o regramento da responsabilidade por ato de terceiro, a qual vem preceituada no art. 932, inciso I, do Código Civil de o 202, qual atribui ao empregador o dever de responder por atos dos seus (1) empregados, serviçais e prepostos, no exercício de suas atividades laborais o ou em razão delas;

V. Sentença mantida por seus próprios fundamentos;

VI. Recurso conhecido, e não provido" (fl. 793, e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, a recorrente alega a violação dos artigos 272 do Código de Processo Civil de 2015 e 166 do Código Civil.

Preliminarmente, aventa que não tomou conhecimento da publicação do acórdão de fls. 816/823 (e-STJ) porque não houve intimação no nome do advogado "FERNANDO SIQUEIRA CASTRO". Em virtude disso, aduz que o julgado e todos os atos posteriores a ele devem ser republicados com a devolução dos prazos processuais, sob pena de cerceamento do direito de defesa.

No mérito, sustenta que, sendo as duplicatas oriundas de fraude, os títulos protestados são nulos e o seu pagamento é inexigível.

Contrarrazões apresentadas às fls. 874/876 e 877/886 (e-STJ).

O recurso especial foi parcialmente admitido em relação ao art. 272 do CPC/2015, sobrevindo daí o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

De início, cumpre asseverar a alegada violação do art. 272 do CPC/2015 resta prejudicada diante da análise do recurso especial por esta Corte.

Em relação ao art. 166 do CC, consta no acórdão recorrido que a recorrente não comprovou a fraude por ela alegada, sendo regular a cobrança das duplicatas.

É o que se observa nos seguintes trechos do excerto atacado:

"(...)

Isso porque, malgrado a recorrente aduza e insista na ocorrência de fraudes na emissão de notas fiscais contra si, não trouxe qualquer prova cabal da existência da mencionada fraude; não tendo, portanto, se desincumbido do ônus de provar fato constitutivo do seu direito, conforme

Superior Tribunal de Justiça

preceituava o art. 333, inciso I, do CPC revogado (atual redação do art. 373, inciso I, do CPC vigente).

Ressalte-se, por oportuno, que o sustentáculo que a recorrente apresenta como fundamento para declaração de inexigibilidade das duplicatas lançadas contra si perfaz-se em documentação juntada a qual diz respeito à um inquérito policial instaurado para apuração da conduta de seu ex-funcionário acusado de fraude.

Como é consabido, o inquérito policial não possui contraditório, tendo em vista sua característica inquisitória.

Pesa ainda contra a argumentação da recorrente o fato de que, às fls. 667, a recorrida juntou aos presentes autos, a sentença proferida pelo MM. Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal, na qual, em consonância com o Graduado Órgão Ministerial, se julgou improcedente o pedido de condenação formulado na denúncia lançada em desfavor do réu daqueles autos, com o fito de absolvê-lo com fulcro no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

(...)

Observa-se, assim, que o titular da Ação Penal daqueles autos, em análise criteriosa, promoveu pela absolvição do acusado, por entender que os elementos de convicção eram frágeis, sendo insuficientes para expedição de um decreto condenatório.

(...)

Ademais, falhou, ainda, a apelante em provar que essa suposta fraude ultrapassou sua estrutura interna, isto é, não trouxe comprovação de que existiria qualquer ajuste entre os fornecedores e o empregado apontado como fraudador.

Assim, a recorrente deixou de trazer provas que traçassem o liame de participação dos fornecedores na suposta fraude.

(...)

Dessarte, como não houve a participação dos credores da autora, as operações comerciais realizadas entre eles são lícitas, decorrendo delas o crédito cobrado, deixando, nessa via de inteligência, de existir qualquer respaldo fático ou jurídico para que a recorrente compartilhe a sua responsabilidade com os credores por qualquer prejuízo financeiro interno que tenha suportado, o qual teria sido causado por suposto ato ilícito de um empregado seu, sendo que este ato fraudulento não foi comprovado.

Em suma, extrai-se desse arcabouço processual que a recorrente almejava desconstituir uma obrigação em face de um suposto desarranjo interno que não conseguiu comprovar, e, ainda que o houvesse comprovado, caberia a ela apresentar razões suficientes que indicassem a participação dos credores, ocorre que nem mesmo a ocorrência da fraude se mostrou evidente.

(...)

Dessa maneira, mantêm-se hígidos os negócios jurídicos realizados entre as partes da presente demanda, sendo, nesse esteio, regular a cobrança dos créditos deles decorrentes, bem como eventuais protestos por falta de quitação da dívida.

(...)" (fls. 797/800, e-STJ).

Com efeito, rever tais conclusões, da forma pretendida pela recorrente, demandaria a análise de circunstâncias fático-probatórias dos autos, o que é inviável no

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial pelo óbice da Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, conforme determina o artigo 85, § 11, do CPC/2015, haja vista que estes não foram arbitrados na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

